

CAPÍTULO 10

Mulheres e futebol no Brasil: invisibilidades e resistências históricas

Caroline Soares de Almeida

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

RESUMO

Este capítulo examina como a presença de mulheres foi, sistematicamente, invisibilizada e marginalizada ao longo do século XX. Com base na noção de “gênero da bola” (Pisani 2018), investiga-se de que maneira a participação das mulheres no universo futebolístico foi, historicamente, tratada como ilegítima. Por meio da análise de representações midiáticas e da recuperação de trajetórias silenciadas – como as de Cléo de Galsan, Carlota Rezende e Maria do Carmo –, o texto evidencia os esforços de resistência e afirmação protagonizados por elas nesse campo. Ao destacar as estratégias dessas pioneiras e os significados atribuídos às jogadoras ao longo do tempo – oscilando entre erotização, ridicularização e masculinização –, a reflexão propõe uma crítica às normas hegemônicas que definem quem pode ocupar legitimamente os espaços esportivos.

Palavras-chave: futebol feminino, Brasil, visibilidades, Cléo de Galsan, Carlota Rezende, Maria do Carmo Nóbrega

ABSTRACT

This chapter explores the systematic invisibilization and marginalization of women's presence in football throughout the 20th century. Drawing upon the concept of the “gender of the ball” (Pisani 2018), it examines how women's involvement in the football world has long been regarded as illegitimate. By analyzing media representations and recovering overlooked trajectories – such as those of Cléo de Galsan, Carlota Rezende, and Maria do Carmo – the text brings to light the forms of resistance and affirmation enacted by women in this domain. The chapter highlights the strategies employed by these pioneers and the shifting meanings attributed to female players, ranging from eroticization and ridicule to masculinization. It offers a critical reflection on the hegemonic norms that continue to shape who is deemed a legitimate participant in sporting spaces.

Keywords: women's football, Brazil, visibilities, Cléo de Galsan, Carlota Rezende, Maria do Carmo Nóbrega

INTRODUÇÃO

No debate “Como estudar temas de gênero no futebol?”, proponho uma reflexão sobre a participação das mulheres no futebol brasileiro ao longo do século XX, enfatizando os desafios enfrentados em um ambiente predominantemente masculino. O futebol brasileiro carrega uma dívida histórica com as mulheres, uma frase que deve

ser repetida incansavelmente. Embora já se tenham passado mais de quarenta anos desde a regulamentação do futebol feminino — e mais de oitenta desde a proibição inicial —, o universo do futebol ainda perpetua violências contra as mulheres: nossas opiniões são frequentemente desconsideradas, as jogadoras são mal remuneradas, as repórteres enfrentam assédio durante as transmissões, e todas estão vulneráveis a diversas formas de violência. Essa realidade é resultado de uma construção social que perpetua a ideia de que o futebol é um espaço exclusivo para homens, uma construção que a antropóloga Mariane Pisani denomina de “gênero da bola” (Pisani 2018).

Entre essas violências está a invisibilidade de mulheres brasileiras que atuaram no universo futebolístico. Ao enfatizar as histórias de vida e narrativas dessas mulheres, pretende-se destacar que, por mais que o futebol seja um fenômeno cultural permeado por pluralidades, ainda é preciso ampliar os estudos sobre suas diferentes manifestações e visibilizar a diversidade de personagens integrantes deste universo. Importante salientar que durante o século XX pouco espaço foi dado a essas personagens, cabendo à própria historiografia um papel relevante nesse apagamento.

Neste texto¹, apresento histórias de três mulheres em diferentes contextos futebolísticos, com base em registros encontrados em dois dos maiores acervos brasileiros, com os quais venho trabalhando ao longo dos últimos dez anos: a Hemeroteca da Biblioteca Nacional e o

1 Esta pesquisa foi desenvolvida com financiamento do Instituto de Ciência e Tecnologia Estudos do Futebol Brasileiro (INCT-Fut), por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Arquivo Nacional. Dada a distância temporal, é importante destacar que este levantamento apresenta lacunas e fragmentações. A narrativa aqui construída baseia-se exclusivamente nesses acervos e parte dela foi publicada no artigo “O gênero da bola: mulheres e futebol na mídia” (Rial e Almeida 2024), escrito em parceria com Carmen Rial.

UMA CRONISTA ESPORTIVA

Foi com as mulheres que o Brasil aprendeu a torcer. Brasileiras e brasileiros não são fãs, nem espectadores, são torcedoras. A palavra foi difundida por jornalistas, com flexão de gênero no feminino, ainda em meados da década de 1910 (Rial e Almeida 2024), e tornou-se sinônimo de afetos e sentimentos gerados por clubes de futebol. As jovens nas arquibancadas, torcendo lenços, luvas ou o que tivessem nas mãos, entraram para a crônica esportiva que surgia no país nesse mesmo período. Primeiro, como uma representação estética positivada - atraíam maior público para assistir às partidas e para aproveitar os flertes, como apontado pelo historiador Leonardo Pereira (2000), depois reduzidas a um mero “aspecto positivo do histerismo”, quando já não contavam com o mesmo entusiasmo, conforme lamentado por Nelson Rodrigues.

Naquele tempo tudo era diferente. Por exemplo: a torcida tinha uma ênfase, uma grandiloquência de ópera. E acontecia esta coisa sublime: quando havia um gol, as mulheres rolavam em ataques. Eis o que empobrece liricamente o futebol atual: a inexistência do histerismo feminino. Difícil, muito difícil, achar-se uma torcedora histérica (Rodrigues 1993: 12).

Aliás, também da crônica, nós fomos invisibilizadas. Sem o menor constrangimento, nos afastaram da história desse gênero literário. Haja vista Cléo de Galsan (Rial e Almeida 2024), mesmo escrevendo para a seção de esporte do jornal *A Gazeta de São Paulo* durante os anos de 1920, não fez parte da lista de cronistas do *Almanaque Esportivo* publicado, em 1928, por Thomaz Mazzoni — seu colega de redação. Dos 96 nomes que compõem essa lista, não encontramos nenhuma mulher. A cronista escolheu como pseudônimo a junção de seu nome, Maria Conceição Galvão, com o de seu marido, Leopoldo Sant’anna. Ele, presente na lista de Mazzoni.

Cléo de Galsan sustentava argumentos feministas ao advogar pelo direito das mulheres de praticar qualquer esporte, entre eles, o futebol. Afirmava: “o futebol, senhores, incompetentes, é o menos perigoso para os órgãos femininos que os movimentos executados em certas danças *rythmicas*” (Galsan 1924a: 3). Defendia que todas deveriam ter a liberdade de escolher a modalidade esportiva que lhes fosse conveniente, “de acordo com sua constituição *physica*, e também, logicamente, com seu gosto”.

O texto de Cléo foi uma resposta ao de Batepé, intitulado “O bicho de saias está se embandeirando”, no qual o também cronista d’*A Gazeta* comenta uma partida de futebol realizada na Inglaterra, em que homens e mulheres jogaram em times opostos. A desaprovação quanto à participação delas no esporte é acentuada pelo tom irônico do relato: “e o resultado da peleja foi o que seria de prever... pelos *psychologos* perspicazes: as onze amazonas venceram os onze centauros, venceram-nos redondamente, por 10 pontos a 6”

(Batepé 1924a: 3). A réplica de Cléo ocupou a edição seguinte de sua coluna: “Seria bello ver-se um grupo de guapas brasileiras vencer, por seu valor athletico, por sua força *physica*, um *seleccionado* de rapazes. É por *ahi* que começa a derrocada! (Galsan 1924b: 3)”.

O embate entre os colegas de redação ganhou fôlego e desdobrou-se em novas provocações. O futebol cedeu lugar ao boxe entre mulheres como tema das colunas (Batepé 1924b, Galsan 1924c, Rial e Almeida 2024), até que Cléo encerrou a polêmica com um argumento incisivo: “Bate o pé quanto *quizeres*... Pouco importa, pois que isto não impedirá as mulheres de levarem avante, com todas as probabilidades de *victoria*, a árdua tarefa que iniciaram com tanta dedicação e coragem a fim de quebrar os grilhões que as fazem escravas do homem” (Galsan 1924b: 3). Curiosamente, foi Batepé quem acabou eternizado no *Almanach Esportivo* de Thomaz Mazzoni (1928), como cronista do período.

O feminismo foi um ponto central nas publicações de Cléo, que, vale destacar, era irmã mais velha de Patrícia Galvão, a Pagu² (Rial e Almeida 2024). Ambas formularam críticas contundentes, em seus escritos, ao feminismo institucionalizado associado às elites. Para Cléo, a combinação entre ideias românticas e a valorização de um padrão corporal esguio e lânguido, promovido por certos segmentos do movimento, comprometia a possibilidade de uma luta igualitária entre homens e mulheres.

2 Patrícia Rehder Galvão, conhecida como Pagu, nasceu em 9 de junho de 1910, em São João da Boa Vista, São Paulo. Ela era filha de Thiers Galvão de França e de Adélia Rehder Galvão. Além de Conceição, nascida em 1903, tinha outros dois irmãos, Homero (1905) e Sidéria (1913).

Ellas [mulheres atletas] sabem que o esporte agirá forte e beneficamente sobre os seus organismos, desenvolvendo-os, dando-lhes vitalidade. Tornar-se-ão, assim, mulheres de verdade, formidáveis adversárias do sexo considerado forte, enérgicas batalhadoras pela igualdade de direitos, que saberão cumular, a par de seus ideais políticos, o de serem mães robustas, sadias, fortes, capazes de criar filhos que sejam homens de valor. (Galsan 1924b: 3)

Patrícia, por sua vez, defendia em sua coluna *A Mulher do Povo*³, no início da década de 1930, a inclusão das demandas das mulheres proletárias nas pautas feministas (Campos 1982). Outro ponto de convergência entre as irmãs é que Conceição passou a colaborar com *A Gazeta* no mesmo ano em que Patrícia iniciou suas primeiras publicações em um jornal do Brás⁴.

UMA PRESIDENTA DE CLUBE

Em 1940, durante o Estado Novo, o futebol de mulheres ganhou impulso no Rio de Janeiro, com destaque para a Zona Norte da cidade. Ao longo do ano, as partidas foram se tornando mais organizadas, e duas equipes cariocas receberam convite para uma disputa no recém-inaugurado Pacaembu⁵. Como era de se esperar, os jogos

3 Coluna assinada por Pagu no semanário *O Homem do Povo*, editado por ela e por Oswald de Andrade.

4 Bairro de São Paulo.

5 O jogo entre Cassino do Realengo e S.C. Brasileiro foi preliminar a uma dis-

entre mulheres não passaram despercebidos: a imprensa esportiva reagiu ao fenômeno, ora noticiando os confrontos, ora fazendo duras críticas (Almeida 2019, Bonfim 2019, Rial e Almeida 2024). A repercussão sobre esse evento impulsionou debates sobre a criação de uma liga na capital, e esse sucesso incomodou conservadores que viam no futebol de mulheres uma ameaça moral. Entre eles, José Fuzeira, conhecido moralista⁶ (Franzini 2005; Almeida 2019; Bonfim 2019). Logo após a divulgação da partida, ele publicou uma carta aberta ao então presidente Getúlio Vargas, pedindo a intervenção do governo diante do que chamou de “disparate sportivo⁷”. Em contraste, figuras proeminentes do futebol, como Leônidas da Silva – à época jogador do Flamengo –, demonstraram entusiasmo com o movimento: “Gostei do jogo das ‘garotas’. Até uma *bicycleta* a meia-direita do Cassino deu na minha presença, arrancando *applausos* da enorme assistência que enchia o Estádio Municipal⁸”.

puta entre São Paulo e Flamengo, pelo futebol de homens, ocorrida em 17 de maio de 1940.

6 Sabe-se que José Fuzeira, além de autor da carta aberta contrária ao futebol feminino endereçada a Getúlio Vargas, tinha acesso privilegiado à redação de jornais cariocas. Sua carta, intitulada “*Um disparate sportivo que não deve prosseguir*”, foi publicada no *Diário da Noite* (n. 3946, 7 de maio de 1940, p. 11-12). Fuzeira também escreveu textos de opinião para o jornal *A Noite*, como “*Por um discípulo de Jesus*” (n. 4279, 26 de outubro de 1923, p. 5), além de ter conseguido ali a divulgação de seu livro *Rompendo as Trevas* – obra voltada à formação moral e cristã da juventude (Almeida; Almeida 2020).

7 Fuzeira, José. “*Um disparate sportivo que não deve prosseguir*”. *Diário da Noite*, n. 3946, 07 maio 1940, p. 11-12

8 Para aplaudir as “*bicycletas*” das garotas do Primavera F. C. *Diário Carioca*, 5 de Jun. de 1940, p. 9.

É nesse contexto que surge o Primavera F.C., fundado no bairro de Pilares por Carlota Rezende. Há, até o momento, poucos registros disponíveis sobre a trajetória de sua fundadora e presidenta. Sabe-se, no entanto, que Carlota já atuava ativamente em outras equipes de futebol feminino e que era tia de três jogadoras de destaque da época: Nicéa, Salette e Aida. A estreia do Primavera mobilizou o interesse da cidade, chamando novamente a atenção de Leônidas: “estou com vontade de assistir à estreia das meninas do Primavera S.C. no campo do Parames, uma vez que o Flamengo não tem compromisso na próxima rodada. Se puder, não perderei este ensejo de ver jogar as minhas futuras rivais...⁹”.

Durante sua breve existência, o Primavera perdeu apenas um jogo. Seu bom desempenho chamou a atenção do empresário Affonso Doce¹⁰ que se dispôs a financiar uma excursão com jogos na Argentina e no Uruguai. Embora a prática de excursões internacionais fosse comum entre homens, a FIFA as desaprovava formalmente — e, no caso do futebol feminino, a proposta gerou forte reação negativa. A imprensa carioca, especialmente o jornal *O Imparcial*, liderou uma campanha difamatória (Bonfim 2019), acusando o envolvimento das jogadoras com cabarés e prostituição, com destaque para Carlota, retratada como aliciadora. Delegados de polícia do Rio de Janeiro

9 Para aplaudir as “*bicycletas*” das garotas do Primavera F. C. *Diário Carioca*, 5 de Jun. de 1940, p. 9.

10 Doce atuava há pelo menos duas décadas intermediando embates futebolísticos entre clubes do futebol de homens no Brasil, na Argentina e no Uruguai (Rocha 2019).

ro contrários à presença das mulheres no futebol, entre eles Dulcídio Gonçalves, atuaram para impedir a excursão e conseguiram barrar a viagem (Almeida 2019, Almeida 2020, Rial e Almeida 2024). No começo de 1941, Carlota foi presa acusada de lenocínio (Rial e Almeida 2024). A imprensa explorou o caso com sensacionalismo, levantando acusações morais e questionando a legitimidade do futebol feminino.

Após ser liberada pela polícia, Carlota Rezende saiu em defesa do clube que fundara. Em entrevista, atribuiu as acusações ao ressentimento provocado pelo desempenho do Primavera em campo:

Só posso atribuir a denúncia ao despeito, o “Primavera F. C” — veja bem, seu repórter, “F. C.” — apenas perdeu um jogo desde que existe. Foi o primeiro, contra outro clube local, mais treinado e mais experiente. Essa derrota inicial, porém, serviu de estímulo para as nossas pequenas que se meteram em brios e nunca mais perderam. Ora, as nossas vitórias sucessivas devem ter causado muitas mágoas e daí, talvez...¹¹

Apesar da ausência de provas concretas, como observou o colunista Ricardo Pinto no *Diário de Notícias*, os resultados da investigação nunca foram divulgados¹². A mesma imprensa, que inicialmente amplificou as denúncias sobre supostos abusos e escândalos nos bastidores do futebol feminino, optou pelo silêncio. Ainda assim, a Divisão de Theatro e Cinema, vinculada ao

11 Pinto, R. Futebol Feminino. *Diário de Notícias*: 22 de janeiro de 1941, p. 7.

12 Idem.

Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do governo Vargas, anunciou a censura a programas esportivos que exibissem partidas entre mulheres. A repressão culminou no fechamento da sede do Primavera por ordem policial¹³.

Concomitantemente, uma comissão vinculada ao Ministério da Educação e Saúde Pública – então sob comando do ministro Gustavo Capanema – foi instaurada com o objetivo de investigar a prática de diferentes esportes por mulheres. Justamente quando o futebol feminino começava a desenhar seus primeiros contornos rumo à profissionalização. Alguns esportes, incluindo o futebol, foram oficialmente declarados um atentado à natureza das mulheres¹⁴. As jogadoras passaram a ser classificadas como exibicionistas, degeneradas, imorais –, e o futebol, associado à prostituição. Os jogos eram descritos como fracos, desorganizados, carentes de técnica e dignos de atenção apenas sob uma ótica fetichista (Almeida 2019, Rial e Almeida 2024). Essa visão estigmatizante, construída e reforçada naquele contexto, atravessou décadas e ainda reverbera no presente, quando casos de assédio no futebol feminino rompem a barreira do silêncio e ganham espaço na mídia.

13 A censura não *aprovará* programas com partidas femininas. *O Imparcial*, 23 de janeiro de 1941, p. 15.

14 Em abril de 1941, com o Decreto-Lei nº 3.199, que criou as bases do Conselho Nacional de Desporto e regulamentou o esporte no país, foi publicado um ato que proibia às mulheres a prática de atividades físicas consideradas incompatíveis com aquilo que se chamava de “natureza da mulher” (Brasil 1941).

Com a revogação do Artigo nº 54 do Decreto-Lei nº 3.199/1941 e da Deliberação nº 7/65, que até então impediam a prática do futebol por mulheres, um novo desafio se impôs: encontrar estratégias eficazes para diferenciar o futebol feminino do futebol praticado por homens — e regulamentado pela FIFA. Embora a prática tenha sido formalmente permitida, a ausência de regulamentação específica, a proibição do uso dos estádios e a inexistência de campeonatos oficiais continuavam a restringir, significativamente, o desenvolvimento da modalidade, postergando ainda mais a profissionalização das jogadoras. Entre essas estratégias estavam a redução da duração das partidas, a realização de jogos em espaços alternativos, como campos de várzea e praias, e a apresentação das partidas femininas como “exibições”, muitas vezes realizadas como preliminares dos jogos masculinos em estádios.

A historiadora Giovana Capucim e Silva (2015, 2024) caracteriza o intervalo entre a revogação da proibição da prática esportiva por mulheres e a regulamentação oficial do futebol feminino, em 1983, como um período de clandestinidade. Em sua análise, a autora ressaltava a expressiva expansão do futebol praticado por mulheres no Recife no período, evidenciada, por exemplo, pela criação de uma coluna semanal dedicada ao tema no *Jornal do Commercio*. O *Diário de Pernambuco* — periódico mais antigo ainda em circulação no país — também dedicou atenção significativa ao futebol feminino, assumindo, em diversos momentos, um papel ativo na promoção da modalidade na capital pernambucana.

Mais do que qualquer outro fator, o protagonismo de Maria do Carmo Nóbrega, a Carminha, foi central para a projeção do futebol feminino no Recife nesse período. Idealizadora, coordenadora e relações públicas do time *Coisinha do Pai*¹⁵, Carminha não apenas articulava o funcionamento da equipe como, também, mobilizava redes de apoio locais, envolvendo, inclusive, empresários — o time era patrocinado pela marca de rum Bacardi¹⁶. Além disso, sua atuação junto ao *Diário de Pernambuco* revelou uma forma estratégica de inserção midiática: exercendo algum grau de acesso ao jornal, Carminha conseguiu emplacar matérias, notas e entrevistas que garantiram visibilidade ao time e à modalidade como um todo (Almeida, Pisani e Gomes 2024, Rial e Almeida 2024).

No início de 1980, a cidade do Recife contava com mais de 15 times formados por mulheres, alguns deles vinculados aos três grandes clubes locais – Sport, Náutico e Santa Cruz. Nesse cenário, os esforços de mediação empreendidos por Carminha foram fundamentais para a construção de um discurso público de valorização do futebol feminino, especialmente, em um contexto marcado por resistência e ausência de respaldo institucional. Ao lado de outras jogadoras e apoiadores, ela enfrentou as barreiras impostas em pelo menos duas ocasiões significativas.

A primeira delas ocorreu quando se deparou com os entraves relacionados à falta de regulamentação da prática junto à Federação

15 O nome foi uma referência à canção de Almir Serra, Jorge Cruz e Luiz Carlos Evangelista De Souza, lançada por Beth Carvalho no final de 1979.

16 Na época, a marca possuía uma fábrica no bairro do Pina no Recife.

Pernambucana de Futebol (FPF). Apesar do forte apoio da comunidade local — como aponta a própria Carminha, “os moradores do Pina, familiares e amigos, namorados, ajudam nos treinos, ensinam os passes e dribles”¹⁷ —, a realização das partidas foi dificultada pelas instâncias oficiais. “Soube pelos jornais, no dia seguinte, que a FPF não queria que o jogo fosse realizado. Queremos deixar bem claro que não estamos jogando para ganhar prêmios, mas para nos motivar e participar do esporte das multidões — um incentivo a mais ao futebol brasileiro”¹⁸, afirmou. Diante da resistência institucional, Carminha buscou esclarecimentos, diretamente, com a FPF sobre os limites e possibilidades legais para a prática: “Já nos informamos sobre a legalidade do futebol feminino e estamos cientes de que, na condição de amadoras, podemos atuar devidamente legalizadas, e nosso pensamento é nos inscrevermos na FPF”¹⁹. Sua atuação demonstra uma estratégia consciente de inserção e legitimação da modalidade dentro do sistema esportivo vigente, mesmo diante da ausência de normativas específicas.

O segundo momento ocorreu quando, diante das dificuldades em organizar campeonatos próprios e da recorrente inserção das partidas femininas como preliminares ou nos intervalos de jogos de homens, Maria do Carmo, em parceria com Ivani Barbosa, também jogadora do *Coisinha do Pai*, coordenou a criação de um grupo de trabalho voltado à realização do I Congresso de Futebol Feminino de

17 Coutinho, Valdi. “Futebol feminino no Recife pretende durar e ter sucesso”.

In: *Diário de Pernambuco*, 12 fev. 1980, p. 20.

18 Idem.

19 *Coisinha do Pai* está uma beleza. *Diário de Pernambuco*, 30 Mar. 1980, p. 35.

Pernambuco (Capucim e Silva 2015, 2024; Almeida, Pisani e Gomes 2024, Rial e Almeida 2024). A proposta buscava não apenas ampliar os espaços de diálogo sobre a prática esportiva das mulheres, mas também avançar na regulamentação do futebol feminino, de modo a adaptar a modalidade às especificidades biológicas atribuídas às mulheres, conforme era defendido à época.

Naquele momento, já existiam mais de 25 equipes de mulheres em atividade no estado, sem contar aquelas situadas no interior, ainda desconhecidas pelas organizadoras. Apesar disso, como destacou uma das participantes, “a prática do futebol feminino ainda é uma coisa clandestina, ilegal, tendo em vista uma portaria que proíbe essa atividade às mulheres”²⁰. As metas do congresso incluíam a discussão da portaria, a análise de sua possível anulação por vias institucionais, o estabelecimento de critérios para a prática da modalidade, a organização de uma estrutura administrativa e esportiva para os clubes e a criação de uma entidade legal que congregasse todas as equipes.

Na véspera do evento, o jornal *Diário de Pernambuco* anunciou²¹ com destaque a abertura do congresso, informando as presenças confirmadas do então governador Marco Maciel, do prefeito de Recife Gustavo Krause, além de autoridades da Federação Pernambucana de Futebol e representantes de clubes locais. O congresso foi realizado entre os dias 15 e 16 de dezembro, no Centro de Convenções, com

20 "Futebol feminino terá congresso em dezembro". *Diário de Pernambuco*, 5 Set. 1980, p. 21.

21 "Começa o I Congresso de Futebol Feminino". *Diário de Pernambuco*, 15 de dezembro de 1980, n. 341, p. 15.

apoio do Banco do Estado de Pernambuco (Bandepe), da Prefeitura Municipal e do próprio *Diário de Pernambuco*. No entanto, dos vinte conferencistas confirmados, apenas dois compareceram, e a adesão do público foi bastante reduzida. Ainda assim, um documento final foi elaborado e assinado pelas e pelos participantes, sendo posteriormente encaminhado ao Conselho Nacional de Desportos (CND). O descompasso entre a mobilização das organizadoras e o fraco engajamento institucional e do público foi rapidamente notado pela imprensa: no dia seguinte, o *Diário de Pernambuco* noticiou com ironia “Congresso de Futebol Feminino nem foi aberto: faltou gente”²².

A equipe *Coisinha do Pai*, por meio da liderança de Carminha, foi capaz de mobilizar, ainda que por um curto período, a pauta da regulamentação do futebol de mulheres na imprensa. Trata-se de um movimento pioneiro no cenário nacional. Para legitimar a prática, as integrantes recorreram a argumentos, historicamente, utilizados para justificar sua proibição no Brasil, como a noção de uma suposta “natureza” feminina e a necessidade de resguardar padrões morais:

Se é por causa do clima mais quente dos trópicos, vale a pena lembrar que o tempo de jogo no futebol feminino é bem menor, dá completamente para a nossa resistência, não vamos forçar, sabemos que a nossa constituição como mulheres é mais delicada e não vamos nos exceder. E, além disso, nosso estilo de jogo é mais ameno pela própria condição da mulher. [...] Não queremos jogar como homens, muito pelo contrário,

²² *Diário de Pernambuco*, 16 de dezembro de 1980, n. 342, p. 24.

demonstrar a graciosidade da mulher em campo, como ela realmente sabe jogar. As regras do jogo são as mesmas apesar de não haver a necessidade de usá-las todas, porque não somos violentas (Coutinho 1980).

Outro elemento importante na estratégia de afirmação do futebol praticado por mulheres no Recife foi a tentativa de desvinculá-lo dos movimentos feministas organizados. A esse respeito, a própria Carminha afirmava: “Não há nenhum propósito feminista, mas a ideia não pode deixar de lado tal hipótese que, se existe, é subconsciente por enquanto²³”. Em outro momento, reiterou: “nosso futebol não é um movimento feminista, é uma diversão”²⁴. Tal posicionamento revela os limites impostos às mulheres esportistas naquele período, quando a assunção de um discurso explicitamente feminista poderia significar a perda de apoios institucionais e midiáticos necessários à regulamentação da modalidade. Embora se reconhecesse que determinadas inquietações políticas pudessem estar presentes, ainda que de forma difusa, no imaginário e nas práticas das jogadoras. Apesar do esvaziamento deliberado do congresso, o evento representou uma iniciativa inaugural no processo de regulamentação do futebol feminino no país, no contexto da redemocratização pós-anistia.

23 Idem.

24 D'Oliveira. Fernanda. "Atenção galera, o Coisinha do Pai está em Campo". *Diário de Pernambuco*, 13 de julho de 1980, n. 187, p. 43.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para pensar a presença das mulheres no futebol ao longo do século XX, é fundamental considerar também as noções de clandestinidade — como propõe Giovana Capucim (2015) ao analisar as práticas de futebol feminino durante o período de proibição — e de agramaticidade, conforme refletido por Simoni Guedes, ao indicar como o futebol de mulheres segue sendo percebido como algo fora da norma, do esperado, do “gramatical” na linguagem esportiva hegemônica.

Apesar da presença constante e ativa de mulheres nos campos, nas arquibancadas e redações de jornais, desde o início, seu protagonismo foi, sistematicamente, invisibilizado. A historiografia do futebol tem sido desafiada por autoras como Simoni Guedes, Ludmila Mourão, Carmen Rial, Mariane Pisani, Soraya Barreto Januário, Silvana Goellner, Aira Bonfim e Giovana Capucim, entre outras, que têm contribuído para dar luz a essas trajetórias silenciadas. Neste contexto, o esforço de figuras como Cléo de Galsan, Carlota Rezende e Maria do Carmo foi absolutamente central. Dar visibilidade a essas mulheres nos obriga a reconhecer que o futebol feminino brasileiro é também resultante de suas trajetórias de resistência e coragem — mesmo quando fora da gramática dominante do esporte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Caroline Soares. 2013. *Boas de bola: Um estudo sobre o ser jogadora de futebol durante a década de 1980 no Esporte Clube*

Radar. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal de Santa Catarina.

ALMEIDA, Caroline Soares. 2019. “Mulheres futebolistas: Debates sobre violência e moral durante o Estado Novo brasileiro”. *Lusotopie*, 18: 95-118.

ALMEIDA, Caroline S., Mariane S. Pisani e Maria C. S. Gomes. 2024. Do futebol clandestino à resistência: a luta de mulheres para a prática do futebol no Recife. In: Ribeiro, Raphael R., E. Spaggiari e Caroline S. Almeida (orgs.). *Futebol popular*. São Paulo: Ludopédio. 179-217.

ALMEIDA, Caroline S. e Thaís R. Almeida. 2020. “Deve ou não deve o football invadir os domínios das saias?: Histórias do futebol de mulheres no Brasil”. *ICSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, 31: 168-191.

BATEPÉ. 1924a. “O ‘bicho’ de saia está se ‘embandeirando’.” *A Gazeta*, 5468: 3.

BATEPÉ. 1924b. “Frágil sexo”. *A Gazeta*, 5493: 3.

BONFIM, Aira F. 2019. *Football feminino entre festas esportivas, circos e campos suburbanos: Uma história social do futebol praticado por mulheres da introdução à proibição (1915-1941)*. Dissertação (Mestrado em História), Fundação Getúlio Vargas.

BRASIL. 1941. *Decreto-Lei n. 3.199, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país*. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html>.

CAMPOS, Augusto de. 1982. *Patrícia Galvão – Pagu: vida e obra*. São Paulo: Brasiliense.

CAPUCIM E SILVA, Giovana. 2015. *Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista: Entre a proibição e a regulamentação (1941-1983)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo.

CAPUCIM E SILVA, Giovana. 2024. *Futebol: substantivo masculino – disputas acerca do futebol de mulheres nas imprensas de Rio de Janeiro e Recife durante sua interdição (1941-1983)*. 2025. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

COUTINHO, Valdi. 1980. “Futebol feminino em Pernambuco pretende durar e ter sucesso”. *Diário de Pernambuco*, 42: 20.

D’OLIVEIRA, Fernanda. 1980. “Atenção, galera, o Coisinha do Pai está em campo”. *Diário de Pernambuco*, 187: 43.

ELSEY, Brenda e Joshua H. Nadel. 2019. *Futbolera: A history of women and sports in Latin America*. Austin: University of Texas Press.

FRANZINI, Fábio. 2005. “Futebol é coisa para macho? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol”. *Revista Brasileira de História*, 50: 315-328.

GALSAN, Cléo. 1924a. “A mulher e o esporte: o futebol feminino é o jogo recomendado à mocidade feminina”. *A Gazeta (SP)*, 5481b: 3.

GALSAN, Cléo. 1924b. “As melindrosas e o ... esporte”. *A Gazeta (SP)*, 5488: 3.

GALSAN, Cléo. 1924c. “Frágil sexo”. *A Gazeta (SP)*, 5487: 3.

GOELLNER, Silvana. 2015. “Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades”. *Revista Brasileira de Educação Física*, 19: 143-151.

MAZZONI, Thomaz. 1928. “Nossos chronistas”. In: *Almanach Esportivo*, 283-297. São Paulo.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. 2000. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

PISANI, Mariane. 2018. *Sou feita de chuva, sol e barro: O futebol de mulheres praticado na cidade de São Paulo*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de São Paulo.

RIAL, Carmen e Caroline Soares de Almeida. 2024. “O ‘gênero da bola’: Mulheres e futebol na mídia”. *Revista ALCEU*, (24)52: 84-119.

ROCHA, Luiz Guilherme Burlamarqui Soares Porto. 2019. *A dança das cadeiras: A eleição de João Havelange à presidência da FIFA (1950-1974)*. PhD diss., Universidade de São Paulo.

RODRIGUES, Nelson. 1993. “Flamengo sessentão”. In: Castro, Ruy (org). *À sombra das chuteiras imortais*. São Paulo: Companhia das Letras.